

APAE: Câmara participa de reunião

30/06/2011

Na quinta-feira (30), ocorreu no Espaço Cultural Hervé Cordovil, uma reunião para esclarecer aos responsáveis pelos alunos especiais que são assistidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Viçosa, sobre a iniciativa do Ministério da Educação (MEC), de que todo aluno especial, à partir do próximo ano, deverá se matricular na rede pública de ensino.

Na ocasião, o vice-presidente da Câmara de Viçosa, Luís Eduardo Salgado (PDT), também presidente da Comissão de Justiça e Redação, expôs que esteve em Brasília, na Federação Nacional das APAEs (Fenapaes) para entender melhor o objetivo dessa ação. "A questão da inclusão não deve ser pensada apenas na área da Educação, ela deve se estender na área da saúde, visto que os alunos da APAE necessitam de atendimentos especializados", comentou.



O vereador relatou que esteve na cidade de Ubá, em reunião com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, para verificar a possibilidade de ambos realizarem vistorias nas escolas da rede pública de Viçosa, observando as condições básicas que os alunos com necessidades especiais necessitam. "Para conduzir o aluno especial para rede pública é necessário que a escola tenha estrutura e profissionais especializados para atendê-los", destacou.

O defensor público, Glauco Rodrigues de Paula, disse que deverá ser feito um dossiê da realidade escolar pública do município. "As escolas não tem preparo físico e técnico para atender alunos especiais. Sendo de fundamental importância as

APAEs para a melhoria e manutenção da qualidade de vida das pessoas com deficiência”, afirmou. Ele também assegurou aos pais e a coordenação da APAE que a Defensoria Pública dará todo apoio, caso o fato venha a se efetivar.

A reunião aconteceu devido ao documento recebido pela APAE de Viçosa em que a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, informava que os alunos especiais deveriam se cadastrar na rede comum de ensino para o ano de 2012, no entanto aqueles que já tinham a matrícula na escola especial ficariam isentos da obrigatoriedade em fazê-la na rede pública.

A presidente da Instituição, Maria do Carmo Gomes Farias, e a diretora, Maria do Carmo Tito Teixeira, agradeceram o apoio e esclarecimentos do vereador e do defensor e também a disposição de todos os presentes.

A defensora pública, também de Viçosa, Ana Flávia Diniz participou da reunião.